
JOÃO PEIXOTO

Assistente Estagiário
da Faculdade de Economia
da Universidade de Coimbra

O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA E A INDUSTRIALIZAÇÃO EM PORTUGAL *

101

Normalmente, as expressões «urbanização» e «industrialização» são usadas com sentidos idênticos. De facto, nos países mais desenvolvidos, esses fenómenos andaram a par. Em Portugal, todavia, tem havido crescimento industrial sem haver «urbanização» — no sentido de concentração espacial das populações. A explicação está nos dife-

rentes modelos económicos e sociais das regiões, que contêm modos diferenciados de articulação entre indústria e urbanização. O baixo valor da «população urbana» portuguesa (30% da população total), indicado em todos os estudos, esconde parcialmente, assim, a realidade económica e social do país.

NÃO existem em Portugal muitos estudos sobre o processo de urbanização, nem de um ponto de vista demográfico, nem de âmbito mais geral. Uma questão que normalmente se discute, neste campo, é a da relação entre urbanização e industrialização. Habitualmente, são associadas uma à outra: pelo menos no caso dos países mais desenvolvidos, a concentração populacional andou a par, no período de maior urbanização, com a concentração geográfica das indústrias. Hoje, parecem dissociar-se: a lógica da localização industrial não é tão rígida, e a disseminação das indústrias é acompanhada pela desconcentração demográfica.

Neste artigo, iremos discutir, em primeiro lugar — brevemente —, o problema da delimitação entre espaços «rurais» e «urbanos»; de seguida, analisaremos o processo de crescimento da população urbana, semi-urbana e rural em Portugal, de 1911 até 1981; por último, debruçar-nos-emos sobre essa mesma evolução, mas a nível regional. O problema que nos irá sobretudo ocupar será o da forma como se tem proces-

* Agradeço aos membros do Conselho de Redacção da Revista Crítica de Ciências Sociais e do Núcleo de Ciências Sociais da FEUC os úteis comentários a este texto.

sado a articulação do crescimento urbano com a industrialização.

1 — A delimitação do «urbano» e do «rural»

102

Não é simples a distinção entre o «urbano» e o «rural». As teorias dividem-se: para umas, os meios «urbanos» — em geral, as cidades — possuem uma especificidade interna que ultrapassa, de alguma forma, as épocas e lhes atribui unidade. Para outras, tem havido tantas formas de «meios urbanos» quantos os tipos de sociedades existentes. A natureza da especificidade «urbana», defendida pelas primeiras, pode ser múltipla: económica (existência de múltiplas actividades não agrícolas), geográfica (aglomeração populacional, localização de funções centrais), social (interacção social e inovação, cultura urbana), ambiental, etc. A análise em termos societais confere contornos distintos ao «urbano»: a análise de Max Weber (1982), ao definir a originalidade da cidade ocidental, é disso um exemplo.

Distinguir claramente o «urbano» do «rural» talvez não seja, no entanto, possível. Com efeito, mais do que fenómenos de diferenciação espacial, deparáramos com mecanismos comuns de natureza económica ou sociológica que atravessam as fronteiras físicas (Castells, 1979: 68 segs.). A par da análise em termos de espaço físico, importa uma análise que saliente o espaço, social ou económico, que unifica «urbano» e «rural» numa lógica comum.

A distinção entre o rural e o urbano parece, também, ser cada vez mais posta em causa nas sociedades modernas. Trabalhos como o de Ledrut (1976: 30 segs.) ou Harvey (1977: 273 segs., ou 323 segs.), ou investigações recentes (Bodiguel, 1986; Reis, 1986; Mingione e Pugliese, 1987), entre outros, afirmam ser hoje muito ténue a fronteira entre o urbano e o rural, e que as novas tendências económicas e sociais — por exemplo, os melhores meios de comunicação, a modernização da agricultura — a poderão esbater definitivamente. A «cidade» e a «urbanização» podem ter sido — como na época medieval (na linha das análises de Weber) — fenómenos idênticos, mas hoje não coincidem. Daí que possamos falar da «urbanização dos campos».

Esta situação verifica-se tanto nos países mais desenvolvidos, onde se reconhece uma «nova diferenciação do espaço social», em que mais do que a distinção rural-urbano passa a funcionar um conceito de «centralidade» (Ledrut, 1976: 46 segs., e 1968: XII), como em sociedades «intermédias», ou semi-periféricas. Em ambos os casos, mas mais nitidamente nestas últimas, parece verificar-se uma progressiva desconcentração da população e da actividade industrial. No século XIX verificaram-se grandes concentrações da população e da

indústria: a lógica da localização industrial era mais rígida, e as vantagens da concentração mais importantes (Claval, 1981: 376-384). Hoje, os quadros da produção industrial e da reprodução social parecem deslocar-se para fora das cidades; frequentemente, a indústria articula-se com a agricultura, surgindo formas múltiplas de reprodução social (Reis, 1986: 1-8). A industrialização e, conseqüentemente, o crescimento económico, podem hoje fazer-se sem haver concentração populacional; a «urbanização» económica, e a sociológica, tornam-se muito mais importantes do que a urbanização física.

Quando pretendemos efectuar trabalhos empíricos sobre o «urbano» ou o «rural», são dois os tipos de definições geralmente apontados: os de natureza demográfica, e os que recorrem a outro tipo de critérios. Os primeiros discutem — normalmente sem chegar a quaisquer conclusões — qual deve ser o limiar de população ou densidade a partir do qual um aglomerado populacional, ou outra unidade territorial, se devem considerar «urbanos». Os segundos, são de vária ordem, e assentam sobre os conteúdos económicos, sociais ou culturais dos meios em causa. Discutem-se, assim, por exemplo, a ocupação económica dos habitantes de uma localidade — ocupação agrícola ou não agrícola —, a existência de infra-estruturas de tipo «urbano» — universidades, hospitais, saneamento básico, por exemplo —, uma dada forma de cultura «rural» — o interconhecimento —, etc. Normalmente, em todos os estudos se apontam as falhas e insuficiências do critério demográfico; no entanto, quando se trata de elaborar estudos concretos sobre a urbanização de um país, ele acaba por ser sempre utilizado — isolada ou conjuntamente —, por ser o que melhor permite a operacionalização dos dados.

103

O critério estatístico oficial de demarcação da população urbana portuguesa não tem sido uniforme (Silva, 1970: 56). A definição mais estável, nos últimos anos, é a de 1960: considerou-se então «população urbana» a que vivia em localidades de dimensão populacional igual ou superior a 10 000 habitantes, além das capitais de distrito. Recentemente, surge uma nova definição: fala-se de «centros urbanos» (definidos da mesma forma que em 1960) e de «centros semi-urbanos» (localidades que contem de 2000 a 9999 habitantes e não sejam capitais de distrito). Podemos então falar de população urbana (PU) e de população semi-urbana (PSU) e, complementarmente, de população rural (PR).

Esta última hipótese parece ser, à partida, a mais realista. Dados os inúmeros cambiantes e articulações da organização social do espaço, deve ser mais lógico contrapor uma organização a três níveis, do que a simples distinção em dois blocos

2 — O crescimento da população urbana, semi-urbana e rural portuguesas — 1911 a 1981

opostos: o urbano e o rural. Testes que realizámos noutra âmbito (1), parecem apontar para uma diferenciação, em relação a algumas variáveis demográficas, económicas e sociais, daqueles três níveis de povoamento, em 1981. Apesar de alguns problemas metodológicos, parece esboçar-se, a nível nacional, alguma coerência interna da PR, PSU e PU — o que sustenta a tipologia tripartida (2).

Os valores que calculámos para a PU, PSU e PR portuguesas, desde 1911 até 1981, expressos de acordo com a sua evolução em números índices e importância percentual, encontram-se no Quadro 1. As suas taxas de crescimento médias anuais constam do Quadro 2 (3).

QUADRO 1

**Crescimento da população urbana, semi-urbana e rural,
1911 a 1981**

(números índices e evolução percentual)

	1911		1940		1960		1981	
	N.I.	%	N.I.	%	N.I.	%	N.I.	%
Pop. rural	100	76.4	121.1	71.4	128.3	65.7	122.9	56.9
Pop. semi-urbana	100	9.2	158.7	11.2	188.4	11.6	239.8	13.3
Pop. urbana	100	15.6	164.3	19.8	216.5	22.7	313.9	29.7
Pop. total	100	100	129.6	100	149.1	100	165.0	100

NOTA: Em 1911 e 1940, por deficiência da fonte, o total não coincide com a soma das parcelas.

FONTE: INE, Recenseamentos da População.

(1) Relatório — em curso — para Provas de Aptidão Pedagógica e de Capacidade Científica, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, acerca do «Crescimento da população urbana em Portugal».

(2) Existem outras alternativas de definição da população urbana portuguesa. A nível global, as melhores não são facilmente operacionalizáveis: por exemplo, a consideração das densidades populacionais, ou da actividade económica das populações (por freguesia). Dentro das mais simples, refira-se que podemos acrescentar facilmente à definição de PU do INE todas as «cidades» administrativamente definidas. A proliferação recente de «cidades», muitas com população inferior a 10 000 habitantes, reflecte, decerto, a existência de características «urbanas».

(3) Os aspectos metodológicos da pesquisa não serão aqui referidos, para não sobrecarregar o texto; eles são pormenorizados no trabalho mais amplo já citado.

QUADRO 2

Taxas de crescimento médias anuais da PU, PSU e PR

(%) — 1911 a 1981

	1911-40	40-60	60-81	40-50	50-60	60-70	70-81	1911-81
PR	0.7	0.3	-0.2					0.3
PSU	1.6	0.9	1.2					1.3
PU	1.7	1.4	1.8	0.9	1.8	1.4	2.2	1.7
PT	0.9	0.7	0.5	1.0	0.4	-0.3	1.2	0.7

105

FONTES: As mesmas do Quadro 1, excepto os dados de 1950: INE, Anuário Estatístico de 1971.

Se analisarmos conjuntamente os números índices, as taxas de crescimento médias anuais, e os *ratios* entre as taxas de crescimento (para avaliar a maior ou menor desproporção entre os ritmos de crescimento de cada população), chegaremos a um conjunto de conclusões acerca do ritmo de urbanização da sociedade portuguesa.

O êxodo rural parece ser um facto, desde o início do século (4). A baixa do ritmo de crescimento da PR é sobretudo explicável pela migração progressiva de populações rurais. Em 1960 parece iniciar-se o êxodo mais intenso, pois aí verifica-se mesmo a quebra absoluta dos efectivos. O crescimento da PU e da PSU, por seu lado, é sempre mais importante. O ritmo de crescimento da primeira (urbanização no sentido mais estrito: maiores concentrações da população) é, no entanto, sempre superior ao da segunda; o seu desfasamento aumenta em 1940, mantendo-se depois a mesma desproporção. O período de maior urbanização parece ser o de 1950-70, com o forte predomínio da década de 60. É nesses anos que é maior a diferença de crescimento relativo entre a PU, a PSU (esta, após 1960) e o resto da população (cf. *ratios* entre as taxas de crescimento). Em contrapartida, o processo de urbanização estrita (PU) revela alguma desaceleração (relativa) após 1970 (cf. *ratios* PU/PT) — mas não sabemos se em favor da PSU se da PR.

É provável que a urbanização portuguesa esteja dominada pelo crescimento de Lisboa. Devem ser os seus valores que pesam no ritmo de crescimento da PU e que o afastam do

(4) O facto de se tomar 1911 como data do início da análise decorre, apenas, da disponibilidade de dados estatísticos. Sabe-se, por exemplo, que a urbanização portuguesa se acentua já no final do séc. XIX (cf. os trabalhos de M. H. Pereira ou V. M. Godinho).

crescimento da PSU. Em 1950 e, principalmente, em 1960, inicia-se o principal surto de crescimento da aglomeração lisboeta, baseada em parte nos serviços, em parte na indústria (Ferreira, 1985: 22). É também essa a data do maior crescimento urbano português. A desaceleração da PU posterior a 1970 deve ligar-se ao esgotamento relativo do crescimento da região.

O acentuar do êxodo rural após 1950 tem também a ver, claramente, com o período da emigração europeia. O processo de urbanização da sociedade portuguesa não se pode restringir, de facto, às fronteiras nacionais. A internacionalização das economias, e em particular os movimentos de mão-de-obra, ligam realidades sociais muito diferentes, e permitem que parte da repulsão rural de um país tenha como destino regiões urbanas de países mais desenvolvidos. A comparação dos efectivos da emigração, desde 1911, com os acréscimos absolutos da PU dá uma ideia da grandeza relativa dos dois fenómenos (Quadro 3).

QUADRO 3

Emigração e crescimento da população urbana

	1911-39	40-49	50-59	60-69	70-79	TOTAL
Emigração	846 517	81 707	342 928	808 321 (a)	775 511 (a)	2 854 984
Aumento PU	599 084	149 147	336 949	297 515	609 905 (b)	1 922 600

(a) Inclui emigração clandestina (após 1965; de 1974 a 1979: dados provisórios).

(b) 1970-81.

FONTES: Emigração: Serrão, 1977: 31 (1911-1964); INE, Estatísticas Demográficas, 1976-79 (1965-1979).

Aumento PU: as mesmas do Quadro 2.

Se admitirmos que grande parte da emigração portuguesa provém de zonas rurais e se desloca para regiões urbanas de outros países; e se tomarmos o crescimento urbano nacional como um saldo migratório líquido das cidades, desprezando a parte desse crescimento que resulta do acréscimo fisiológico da PU e da reclassificação das zonas rurais (os erros podem, aliás, compensar-se mutuamente), teremos uma comparação entre a parte da repulsão rural que se desloca para o estrangeiro e a que entra nas cidades portuguesas — isto é, de alguma forma, o valor da incapacidade da urbanização (ou da sociedade) portuguesa, ao não reter uma boa

parte da repulsão rural interna. Se de 1940 a 1960 o valor do crescimento urbano ultrapassa ou iguala o da emigração, isso não acontece em nenhum outro período. A década de 60 é a de mais flagrante contraste: apesar de ser a de maior urbanização relativa, o valor da emigração excede em mais de duas vezes e meia o do crescimento urbano.

Note-se que, todavia, a emigração é uma forma especial de êxodo rural, por se inserir frequentemente (mas só no caso da primeira geração de emigrantes) em estratégias de regresso.

Apesar de o êxodo rural se ter repartido entre as cidades portuguesas e a emigração, a PR representa ainda, em 1981, mais de metade da população total portuguesa (cerca de 57%); em contrapartida, a PU concentra 30%, e a PSU 13%. No conjunto, a população com características «urbanas», em Portugal, totaliza hoje à volta de 43% do total.

Apesar destes valores confirmarem a tendência para a urbanização e desruralização da sociedade (no sentido da concentração geográfica da população), elas têm-se processado de forma menos intensa do que a que ocorreu em países mais desenvolvidos. Um estudo recente das Nações Unidas indicava, por exemplo, que a PU representava 71% da população total nos países desenvolvidos e 30.6%, valor que iguala praticamente o de Portugal, nos subdesenvolvidos. Na Europa, os únicos países que, em 1980, possuíam um índice de urbanização, inferior ao nosso, no sentido mais lato, eram a Bulgária (4%) — valor duvidoso e único abaixo do nosso limiar mais estrito —, Albânia (36.8%) e Jugoslávia (42.3%). A Grécia ou a Espanha apresentavam valores de 59.9% e 74.1%, respectivamente (ONU, 1984: 101-107). Apesar da aleatoriedade das definições estatísticas de PU, que variam frequentemente de país para país, o simples valor da população activa agrícola portuguesa — cerca de 24% em 1985 (INE, 1985) —, maior do que em qualquer outra sociedade desenvolvida, indica que a nossa PR é ainda muito importante.

Talvez a abordagem mais fecunda do crescimento da PU portuguesa seja, no entanto, ao nível regional. Uma série de estudos têm ultimamente desenvolvido a ideia de uma diferenciação nos modelos económicos e sociais das diferentes regiões (por exemplo, Santos, 1985; Reis, 1986; Ribeiro *et al.*, 1985; Medeiros, 1986 e s.d.; Ferrão, 1984). O estudo da urbanização ao nível regional pode ser assim decisivo para compreender o processo de crescimento urbano português. Podemos deparar, de facto, não só com *níveis* diferentes de urbanização regional (tendências assimétricas de crescimento), como também com diferentes *tipos* (ou dinâmicas) de

urbanização, relacionados com diferentes modelos de desenvolvimento e industrialização⁽⁵⁾.

De acordo com os valores do Quadro 4, analisemos, em primeiro lugar, o comportamento da PU. O dado que mais se salienta é o da proporção da PU da região de Lisboa Litoral (LL) no total da PU. Ela representa, em 1981, perto de 57% desse valor. A região do Norte Litoral (NL) concentra, por sua vez, quase 23%. Nessas duas regiões — e sobretudo em quatro distritos: Lisboa, Setúbal, Porto e Braga — concentram-se, pois, cerca de 80% da PU portuguesa. Algo de semelhante se passava já no início do século: a única diferença é que o NL tem vindo a perder importância relativa no país, perante a subida — em igual proporção — da região dominada por Lisboa. A data da principal viragem parece ser, precisamente, 1960, início do principal surto urbano que detectámos atrás — o que confirma as hipóteses que então adiantámos.

A análise dos índices de urbanização (percentagem da PU regional em relação à população da região) revela-nos, por outro lado, que só em Lisboa e Setúbal se encontra um índice de concentração superior à média nacional (60.9%), enquanto que todos os outros valores são muito baixos.

Estes dados levantam alguns problemas importantes: podemos considerar que não existe urbanização significativa, fora de LL e, em parte, do NL? Da mesma forma: os níveis de desenvolvimento da região de Lisboa e da do Porto são tão díspares, como parece reflectir-se na importância relativa da sua urbanização? Ou podemos estar a lidar com uma definição de PU demasiado estrita, que nos impeça de detectar outros tipos de dinâmicas regionais?

Parece indiscutível a supremacia económica das regiões de Lisboa e Porto. F. Ribeiro *et al.* (1985: 445-450) consideram LL e o NL (englobando Aveiro no NL, e daí excluindo Viana do Castelo) as «zonas nucleares de especialização portuguesa» — em conjunto com o Algarve. As outras regiões constituiriam «zonas de apoio» (Coimbra e Leiria — Centro Litoral) ou de «reserva» (todo o Interior), com muito menor dinâmica económica. Podemos aceitar que as zonas mais dinâmicas — as primeiras — sejam também as mais urbanizadas. Aquilo que permanece em questão é se não haverá sub-avaliação, através dos critérios estatísticos que usamos, da urbanização do NL e do Centro Litoral (CL) ou, o que parece menos provável, das outras regiões. Sabe-se, com efeito, que

⁽⁵⁾ As 10 regiões utilizadas e os distritos que as compõem, são as seguintes: Norte Litoral — Braga, Porto, Viana do Castelo; Norte Interior — Bragança, Vila Real; Centro Litoral — Aveiro, Coimbra, Leiria; Centro Interior — Castelo Branco, Guarda, Viseu; Lisboa Litoral — Lisboa, Setúbal; Lisboa Interior — Santarém; Sul Litoral — Faro; Sul Interior — Beja, Évora, Portalegre; Madeira e Açores.

ultimamente têm mesmo sido o NL e o CL a apresentar maior crescimento industrial.

O critério demográfico mais estrito de PU — as aglomerações de mais de 10 000 habitantes — parece medir sobretudo os processos de urbanização mais clássica, caracterizados por importantes concentrações urbanas e industriais, além do crescimento centrado nos serviços. Esse tipo de desenvolvi-

QUADRO 4

**Crescimento da população urbana e semi-urbana por regiões
(1911-1981)**

109

Números índices, evolução percentual e índices
de semi-urbanização e urbanização

		1911			1960			1981		
		N.I.	%	I	N.I.	%	I	N.I.	%	I
NL	PSU	100	8.4	3.6	260.1	11.6	5.8	436.2	15.3	8.0
	PU	100	29.5	21.3	192.2	26.2	25.6	243.3	22.9	26.5
NI	PSU	100	3.0	3.7	215.1	3.4	6.3	186.0	2.3	6.8
	PU	100	1.3	2.8	253.1	1.6	5.6	309.4	1.3	8.6
CL	PSU	100	13.8	7.9	140.2	10.3	7.8	203.5	11.7	10.4
	PU	100	3.7	3.6	374.2	6.4	9.4	552.6	6.5	12.8
CI	PSU	100	8.8	5.2	174.8	8.2	7.8	138.2	5.1	7.7
	PU	100	3.5	3.5	195.7	3.2	5.9	236.0	2.6	8.9
LL	PSU	100	13.0	8.3	298.3	20.5	12.0	686.5	37.1	17.8
	PU	100	49.5	54.1	228.3	52.2	59.8	360.6	56.8	60.9
LI	PSU	100	10.0	16.8	203.6	10.8	24.2	218.5	9.1	26.4
	PU	100	0.8	2.3	221.7	0.8	3.6	603.4	1.5	9.9
SI	PSU	100	23.2	26.3	153.2	18.9	28.4	99.9	9.7	24.8
	PU	100	3.4	6.6	195.5	3.1	9.1	257.7	2.8	16.1
SL	PSU	100	8.6	17.3	95.2	4.4	14.3	108.7	3.9	15.9
	PU	100	2.3	7.8	220.7	2.3	14.9	365.3	2.7	24.1
M	PSU	100	3.6	11.6	52.2	1.0	3.8	44.1	0.7	3.4
	PU	100	2.8	15.6	163.7	2.1	16.1	166.7	1.5	17.4
A	PSU	100	7.5	16.9	274.1	10.9	34.3	161.9	5.1	27.2
	PU	100	3.1	12.0	147.2	2.1	13.1	134.5	1.3	16.1
T	PSU	100	100	9.2	188.4	100	11.6	239.8	100	13.3
	PU	100	100	15.6	216.5	100	22.7	313.9	100	29.7

FONTES: INE, Recenseamentos da População e Anuário Estatístico de 1966.

mento, apoiado em formas de produção e reprodução social de tipo capitalista, não tem existido generalizadamente, como diz Santos (1985: 876-883), em Portugal. A única região que o tem conhecido é, precisamente, LL. Deste ponto de vista, não surpreende que seja alto o índice de urbanização de Lisboa e baixo o das outras regiões do país, e que se tenha agravado o fosso entre elas.

No entanto, o desenvolvimento económico — e industrial — em Portugal tem passado por outros distritos, além de Lisboa e Setúbal. No NL e no CL ele tem sido caracterizado, como diz o mesmo autor, por uma «descoincidência» entre a produção capitalista e a reprodução social ou, por outras palavras, pela articulação entre uma industrialização capitalista, baseada em pequenas e médias empresas, produzindo em sectores tradicionais e pouco modernizadas, com formas de economia reprodutiva múltipla que incluem a pequena agricultura complementar (Santos, 1985: *idem*; Reis, 1986: 8-10). Dado que a agricultura não é, pela sua própria natureza, susceptível de concentração física, a população tenderá aí a disseminar-se, formando eventualmente manchas em torno de pequenos ou médios centros terciários. Pelo menos naquelas duas regiões, podemos assim deparar com uma forma de urbanização «difusa», alicerçada em pequenos e médios centros urbanos ou semi-urbanos — vilas e pequenas cidades — e numa industrialização em meio rural, a que outros autores chamam «urbanização de pequeno nível» (Ferrão, 1984: 234) ou «proto-urbanização» (Medeiros, s.d.)⁽⁶⁾.

Em grande parte do país, os centros urbanos e semi-urbanos parecem assumir, entretanto, funções terciárias. A análise da ocupação económica dos habitantes das zonas rurais, semi-urbanas e urbanas (PR, PSU e PU), em 1981, segundo os grupos socio-económicos da população activa, revela alguns dados interessantes. O grupo socio-económico que predomina na PU e nos maiores centros semi-urbanos (acima de 5000 habitantes) é o dos empregados do comércio e serviços; em contrapartida, nos meios rurais e nos menores centros semi-urbanos a primazia pertence aos operários qualificados e semi-qualificados, à frente, na PR, dos agricultores. Exceptuando, parcialmente, o caso de Lisboa e Setúbal, a indústria parece localizar-se, em Portugal, fora das maiores concentrações populacionais, deixando a estas as funções de comércio e serviços.

⁽⁶⁾ Veja-se por exemplo, o caso de Agueda, estudado por J. Reis: demograficamente, apesar de ser «cidade», é apenas um pequeno «centro semi-urbano»; na realidade, é o fulcro de uma zona de população muito mais vasta, muito industrializada, e com uma forte articulação agricultura-indústria (Reis, 1986: 10 segs.).

A análise demográfica dos centros semi-urbanos não é, infelizmente, muito conclusiva, apesar das potencialidades teóricas que o indicador parecia revelar. Deparamos tanto com indicadores de desenvolvimento e elementos sobre as redes de urbanização regionais, como com formas tradicionais de povoamento — disperso ou aglomerado — que pouco nos dizem sobre o processo urbano ou industrial. Nos índices de «semi-urbanização» da sociedade portuguesa (percentagem da PSU regional em relação à população da região), verificamos que, em 1981, os maiores valores são os dos Açores, Santarém e Alentejo, com índices de cerca de 25%. Com a excepção parcial de Santarém — em parte ligado a Lisboa, em parte com as características geográficas do Alentejo —, são regiões de povoamento tradicionalmente concentrado (ver, para 1940, INE, 1946: 61); são também regiões predominantemente rurais, que não têm conhecido qualquer dinâmica urbana (PU). O NL e o CL, por seu lado, apresentam baixos níveis de «semi-urbanização» (à volta de 10%), que não correspondem à sua realidade económica. É neste nível que é mais sensível, pois, a fragilidade do indicador demográfico. A existência de aglomerados rurais acima do limiar estatístico do «urbano» é uma das críticas que normalmente lhe é feita; a nível nacional, este erro acrescenta-se a um outro: a não captação de pequenas localidades com funções industriais ou terciárias. O estudo demográfico da urbanização «difusa», ou da urbanização de pequeno nível portuguesa, não pode passar, assim, unicamente pelo estudo das localidades de dimensão «semi-urbana». Os critérios da actividade económica da população (por sectores de actividade), ou das densidades populacionais, poderão ser essenciais à sua caracterização. A variedade regional dos modelos de urbanização é tão grande que difícil, no entanto, uma análise global.

111

A análise dos números índices da PSU revela, todavia, algumas das dinâmicas regionais enunciadas. Encontramos, de facto, um forte crescimento semi-urbano em LL, com a proliferação de localidades satélites, e no Litoral Centro e Norte, sobretudo após 1960. Ocorrem, nessa data, fortes aumentos da PSU nessas regiões e decréscimos absolutos em todo o Interior e Ilhas. O papel da «urbanização difusa» do CL e NL parece ser assim mais explícito. Infelizmente, não podemos avaliar se os seus aumentos ocorrem ou não depois de 1970, após a desaceleração do processo de crescimento de Lisboa.

Como pode caracterizar-se, em síntese, a urbanização portuguesa e a sua relação com a industrialização? Em primeiro lugar, o nível quantitativo da urbanização é baixo,

4 — Conclusão

quando comparado com os valores dos países mais desenvolvidos. Esse valor em parte revela, em parte esconde, o nível de desenvolvimento da sociedade portuguesa. Em segundo lugar, a distribuição regional da PU é muito desigual: encontramos uma única região muito urbanizada, nos moldes clássicos — os distritos de Lisboa e Setúbal — e um fraco nível de concentração nas restantes.

Podemos talvez partir daqui para duas conclusões. A primeira, articula-se com a noção, veiculada por todas as referências ao tema, de que a urbanização portuguesa é débil, quer em termos globais quer de constituição de redes urbanas regionais. Ora parte importante da explicação dos seus níveis reside na fraqueza da nossa economia, e nos movimentos internacionais de mão-de-obra que têm ocorrido. A emigração portuguesa explica, já antes do séc. XX, o não crescimento das cidades (Serrão, 1977: 168-169). Inserimo-nos, assim, num sistema mundial em que a nossa PR alimenta a urbanização de países mais desenvolvidos; Portugal adopta o papel de país periférico — não central — em relação ao mundo desenvolvido.

Uma segunda conclusão tem a ver com a regionalização do crescimento urbano. Parte importante do desenvolvimento industrial em Portugal, no NL e CL, escapa aos moldes da urbanização clássica, e desenvolve-se conjugando simultaneamente características urbanas e rurais. Esse tipo de desenvolvimento, em que a indústria e a população se disseminam pelo espaço, articulando-se indústria e agricultura, é em grande parte inacessível a uma abordagem demográfica simples. A fraca importância da urbanização (PU) em Portugal esconde, assim, uma importante urbanização «difusa», com industrialização em meio rural. Se admitirmos que as sociedades «semi-periféricas» se caracterizam por uma «descoincidência» entre as relações de produção capitalistas e as relações de reprodução social, essa descoincidência parece expressar-se muito claramente no espaço português, nos casos onde existe produção industrial importante.

A industrialização portuguesa tem provocado, assim, dois tipos de efeitos geográficos: a concentração, em Lisboa (cujo crescimento é também baseado nos serviços), e a desconcentração populacional, no NL e CL. No caso português, mais importante do que a análise em termos de espaço físico, parece, pois, ser a do espaço social e económico. ■

**Referências
Bibliográficas**

- Bodiguel, M. 1986 «Les campagnes françaises à la recherche d'une nouvelle identité», 13.º Congresso Europeu de Sociologia Rural, Braga (policop.)
- Castells, M. 1979 *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, Lisboa, Presença
- Claval, P. 1981 *La Logique des Villes*, Paris, Litec
- Ferrão, J. 1984 «Portugal nos últimos vinte anos: estruturas sociais e configurações espaciais», *Pensamiento Iberoamericano*, 6, 223-236
- Ferreira, V. 1985 «O território urbano-metropolitano de Lisboa — teses para uma intervenção político-urbanística», *Sociedade e Território*, 3
- Harvey, D. 1977 *Urbanismo y Desigualdad Social*, Madrid, Siglo XXI de Espana Edit.
- INE 1946 *VIII R.G.P., 1940, Relatório (condições de aumento e distribuição)*, Vol. XXIV, Sociedade Astória
- INE 1985 «Folhas de divulgação — Inquérito ao Emprego» (2.º trimestre de 1985)
- Ledrut, R. 1968 *L'Espace Social de la Ville*, Paris, Anthropos
- Ledrut, R. 1976 *L'Espace en Question ou le Nouveau Monde Urbain*, Paris, Anthropos
- Medeiros, F. 1986 «Espaces ruraux et dynamiques sociales en Europe du Sud», 13.º Congresso Europeu de Sociologia Rural, Braga (policop.)
- Medeiros, F. s.d. «Ordenamento social do território e rurbanização» (policop.)
- Mingione, E. e Pugliese, E. 1987 «A difícil delimitação do 'urbano' e do 'rural': alguns exemplos e implicações teóricas», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22
- ONU 1984 *The World Population Situation in 1983*, U. N., New York
- Reis, J. 1986 «L'articulation agriculture-industrie et les nouvelles dynamiques régionales au Portugal», 13.º Congresso Europeu de Sociologia Rural, Braga (policop.)
- Ribeiro, F. et al. 1985 «Especialização internacional, regulamentação económica e regulação social — Portugal, 1973-83», *Análise Social*, 87/88/89
- Santos, B. 1985 «Estado e sociedade na semi-periferia do sistema mundial: o caso português», *Análise Social*, 87/88/89